

MAGISTRADOS ASSUME

Nelson Morais
policia@jn.pt

Um inquérito do Centro de Estudos Sociais, que será apresentado hoje em Lisboa, conclui que 95% dos juizes e procuradores consideram que o seu prestígio "piorou" ou "piorou muito".

A conclusão, retirada de um inquérito a que responderam 545 magistrados judiciais e do Ministério Público (17% do total), resulta de um exercício de autoavaliação dos inquiridos, mas reflete o modo como procuradores e juizes julgam ser vistos pela sociedade, explica um dos autores do trabalho, o sociólogo João Paulo Dias.

O trabalho de investigação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que pretende responder à pergunta "Quem são os nossos magistrados?", ainda não está completo, mas as suas conclusões preliminares vão ser apresentadas hoje, na presença de diversos protagonistas do setor.

O CES antecipou algumas daquelas conclusões ao JN, permitindo perceber, nomeadamente, que quase todos os magistrados parecem ter interiorizado os resultados de anteriores estudos que, nos últimos anos, vêm dando conta de uma progressiva deterioração da sua imagem perante a opinião pública.

Os magistrados responsabilizam a Comunicação Social por aquela perceção: 95,9% dos inquiridos "concordam" ou "concordam totalmente" que a Comunicação Social contribui para a construção de uma imagem pública negativa da justiça.

"Há muita Comunicação Social que tenta sempre explorar aquilo que é negativo. Muitas vezes, até passa ao lado da própria decisão [judicial], para dar ênfase a aspetos laterais", critica o anterior presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, João Palma, que vai estar na apresentação do

inquérito enquanto comentador.

Para Marinho e Pinto, bastonário dos Advogados e uma das vozes mais críticas dos magistrados, "o problema não é a Comunicação Social, são eles. A Comunicação Social narra o que se passa nos tribunais, com muitas imprecisões, mas narra. E os magistrados não estavam habituados a isso", afirma, fazendo uma crítica generalizada ao desempenho de juizes e procuradores e afirmando que "a relação deles com a sociedade é uma relação de poder, que se está a esboroar porque não foram capazes de levar a democracia aos tribunais e à justiça". "Surpreendente é que ainda haja magistrados a achar que têm algum prestígio", conclui.

Mouraz Lopes, presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses e outro dos comentadores convidados pelo CES, discorda diametralmente de Marinho e Pinto. Reconhece problemas graves nalgumas áreas, como a dos processos executivos ou nos tribunais administrativos e fiscais, mas considera até injusta a perceção negativa que os cidadãos têm sobre os magistrados e que leva estes a depreciarem o seu próprio prestígio.

O dirigente sindical dos juizes evita criticar os media, mas considera inevitável concluir que, por via deles e da conversa de café, construiu-se uma imagem distorcida dos tribunais. "Um estudo recente sobre 'justiça e economia' concluiu que os utilizadores da justiça têm uma opinião muito positiva dos tribunais, e os que nunca lá foram têm uma imagem péssima", sustenta, sublinhando, de resto, que "53% dos juizes inquiridos têm uma motivação elevada, não obstante a perda de prestígio".

PROCURADORES E JUÍZES CULPAM COMUNICAÇÃO SOCIAL PELA MÁ IMAGEM JUNTO DA SOCIEDADE



95%

dos magistrados (juizes e procuradores) consideram que o prestígio da profissão na sociedade piorou/piorou muito

96%

concordam/concordam totalmente que a Comunicação Social contribui para a construção de uma imagem pública negativa da justiça

37%

concordam/concordam totalmente com a adoção de crianças por casais homossexuais

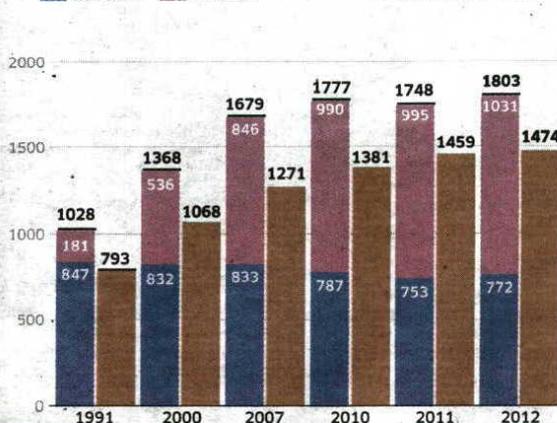
80%

posicionam-se no "centro" (centro, centro-esquerda e centro-direita). Os restantes distribuem-se pela direita, extrema-direita, esquerda e extrema-esquerda

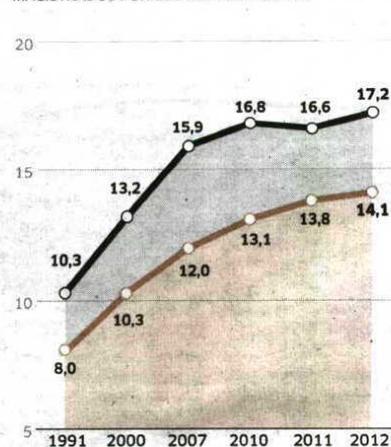
TRIBUNAIS //EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MAGISTRADOS

— MAGISTRADOS JUDICIAIS (JUÍZES) — MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

■ homens ■ mulheres



MAGISTRADOS POR 100 MIL HABITANTES



de 95% de juizes e procuradores que responderam a inquérito

PERDA DE PRESTÍGIO



LEONEL DE CASTRO / ARQUIVO JN

66



"O cidadão pode confiar na independência dos juizes em relação ao poder político e económico".

Mouraz Lopes
Pres. Ass. Sindical dos Juizes Portugueses



"A cultura dos magistrados não mudou. Basta que haja democracia musculada e eles aí estarão a expressar paradigmas antidemocráticos".

Marinho e Pinto
Bastonário da Ordem dos Advogados



"Hoje, o discurso oficial não é tão deslegitimador, como era com os governos anteriores".

João Palma
Ex-pres. Sindicato do Ministério Público



Adoção por pessoas do mesmo sexo não é consensual

Maioria rejeita adoção por casais homossexuais

O INQUÉRITO que vai ser apresentado hoje não se limita a uma caracterização profissional dos magistrados, mas tenta responder de uma forma ampla à questão "Quem são os nossos magistrados?". Nesse sentido, o Centro de Estudos Sociais (CES) também colocou perguntas sobre "temáticas socialmente relevantes", que permitiram concluir, por exemplo, que 37,2% dos magistrados "concordam" ou "concordam totalmente" com a adoção de crianças por casais homossexuais.

O presidente da Associação Sindical dos Juizes, Mouraz Lopes, observa que aquela parece ser "uma pergunta sobre a espuma dos dias", mas sublinha "a importância de os cidadãos conhecerem os seus magistrados" e considera que o trabalho do CES é "um primeiro estudo, muito importante". O projeto daquele laboratório da Universidade de Coimbra obteve respostas de 545 magistrados judiciais e do Ministério Público, iniciando-se numa altura, finais de 2011, em que estavam no ativo 3207 profissionais (1748 juizes e 1459 procuradores). Sobre este universo, o investigador do CES João Paulo Dias afirma que, hoje em dia, "coexistem diferentes perfis de magistrados, mas, tendencialmente, criou-se um novo perfil".

Dias não quis adiantar detalhes, mas há dados disponíveis que permitem perceber que o perfil dos magistrados hoje reflete algumas mudanças verificadas na sociedade ao longo das últimas décadas. É o caso da concentração demográfica nas maiores cidades, que levou a que os magistrados de hoje sejam naturais, na sua maioria, de Lisboa, Porto e Coimbra. Outra importante mudança foi a complexificação social e aumento da conflitualidade judicial, que conduziram a que, em 2012, existissem 17,2 juizes por 100 mil habitantes, quando, em 1960, a proporção era de 2,7 para 100 mil. Os resultados preliminares do projeto do CES vão ser apresentados a partir das 11.30 horas, no Centro de Informação Urbana de Lisboa (Picoas Plaza, Rua do Viriato). O trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e teve coordenação de António Casimiro Ferreira, João Paulo Dias, Conceição Gomes, Madalena Duarte, Paula Fernando e Alfredo Campos. ●

LISBOA, PORTO E COIMBRA SÃO OS LOCAIS DE ORIGEM DA MAIORIA DOS MAGISTRADOS

REMUNERAÇÕES

3620

euros é quanto ganha mensalmente, em termos líquidos, um juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (topo da carreira). Este valor inclui ajudas de custo (276 euros), subsídio de refeição (90) e subsídio de habitação (620). O salário base ilíquido são 5519 euros.

24

posição dos magistrados portugueses em início de carreira no ranking salarial dos 46 países da Comissão Europeia para a Eficácia da Justiça (CEPEJ), segundo o relatório de 2010. Eram os que ganhavam menos na Europa ocidental.

20

lugar de Portugal no ranking da CEPEJ sobre a remuneração ilíquida dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça. Na Europa ocidental, só os da Islândia, San Marino e Andorra ganhavam menos.

3496

remuneração bruta anual dos magistrados em início de carreira, em 2008, segundo o relatório de 2010 da CEPEJ.

83401

salário bruto anual de um juiz em final de carreira, no Supremo Tribunal, em 2008 (4,2 vezes o salário médio de um português). Um procurador no mesmo tribunal ganhava 80 972 euros.

QUATRO EM CINCO ESTÃO POLITICAMENTE AO CENTRO

▶ Quatro quintos dos magistrados inquiridos pelo Centro de Estudos Sociais posicionam-se politicamente no chamado "centro". Isto é, 80% dos 545 procuradores e juizes entrevistados afirmam-se ao centro, centro-esquerda e centro-direita. Já os restantes inquiridos posicionam-se na direita, extrema-direita, esquerda e extrema-esquerda. "Por que haveriam de ser diferentes do resto da sociedade?", comenta o anterior presidente do Sindi-

cato dos Magistrados do Ministério Público, João Palma, recordando que, "logo a seguir ao 25 de abril, os magistrados eram mais conotados com a esquerda, mas hoje é diferente". O dirigente sindical dos juizes, Mouraz Lopes, também não se surpreende. Comenta que o posicionamento político dos magistrados "reflete a sociedade portuguesa", coadunando-se com a ideia de que eles "fazem justiça em nome do povo".